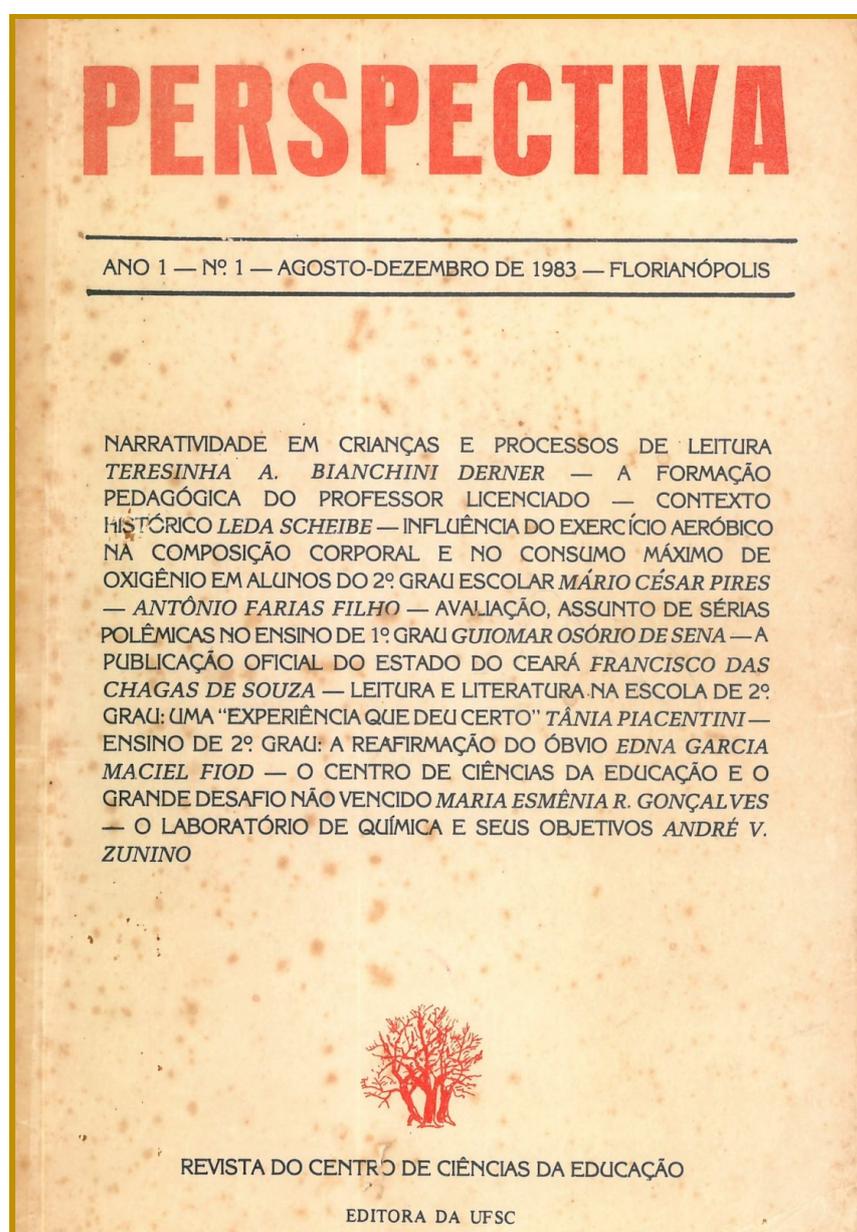


Vamos festejar! A Perspectiva completa mais uma década de atividades!

A revista Perspectiva está em festa! Completamos, neste ano de 2023, 40 anos de atividades ininterruptas da revista do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina.



Capa do nº 1 da revista Perspectiva (1983)

Desde a publicação de seu 1º número, no 2º semestre de 1983, a revista vem se adequando às diferentes necessidades do campo da editoração científica, mantendo seu compromisso com a publicação de textos da grande área da Educação, de pesquisadores nacionais e internacionais, com acesso aberto e gratuito.

Com os 4 números publicados no ano de 2023, a Perspectiva completa este ciclo tendo publicado 104 números, em uma história que começou com números semestrais até o ano de 2011, passando a quadrimestrais entre 2012 e 2016, e a trimestrais a partir de 2017. Seu formato também foi adequando-se, passando do impresso ao digital e, desde 2021, em publicação em fluxo contínuo, com a abertura simultânea dos 4 números do ano.

Com o objetivo de difundir e democratizar o acesso dos artigos publicados pela revista, todos os 104 números foram digitalizados e estão disponíveis no Portal de Periódicos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com acesso aberto e gratuito, através [do site da revista Perspectiva](#). Convidamos a todos que o acessem e aproveitem a leitura.

Mas é importante registrarmos também alguns movimentos relacionados à Educação que aconteceram no Brasil neste trimestre. Talvez o maior deles esteja no âmbito federal, com o envio no mês de outubro pelo Ministério da Educação à Câmara dos Deputados do Projeto de Lei 5230/2023 (Brasil, 2023), em que apresenta a proposta de uma nova Política Nacional de Ensino Médio no Brasil, em uma alternativa à reforma do ensino médio, aprovada pela Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 (Brasil, 2017). A iniciativa se dá a partir de movimentos da sociedade civil, de instituições de ensino, de educadores e de estudantes que sinalizam uma série de dificuldades práticas para a implementação da Lei 13.415/17 (Brasil, 2017), que ficou conhecida como Novo Ensino Médio (NEM).

Na proposta, após discussões com entidades educacionais e educadores, o governo federal não acatou o pedido de revogação da total da reforma, mas faz modificações em relação à destinação da **carga horária** dos cursos, que voltariam a ter 2.400 horas anuais obrigatórias de formação geral básica e 2.100 horas de disciplinas básicas para os cursos técnicos, mais 800 horas para parte diversificada do currículo; à **formação de professores**, com a restrição ao “notório saber” para situações excepcionais, conforme regulamentação; e a obrigatoriedade de na formação geral básica ser: história, geografia, sociologia e filosofia; química, física e biologia; matemática; e as línguas portuguesa, inglesa e espanhola - sendo que a obrigatoriedade desta última tinha sido revogada pela Lei 13.415/17, ficando como opção preferencial para o ensino de uma segunda língua estrangeira (Bergmann, Cesco e Silva, 2023; Brasil, 2023).

Outro ponto modificado na nova proposta refere-se aos “**itinerários formativos**”, criados pela reforma de 2017 para permitir ao estudante completar a grade curricular com áreas do conhecimento de seu interesse, passando a ser chamados agora de Percursos de Aprofundamento e Integração de Estudos, combinando ao menos três áreas do conhecimento, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino. Deverão ser oferecidos ao menos 2 percursos, dentre as seguintes ênfases: linguagens, matemática e ciências da natureza; linguagens, matemática e ciências humanas e sociais; linguagens, ciências humanas e sociais e ciências da natureza; matemática, ciências humanas e sociais e ciências da natureza (Brasil, 2023). Além destes, também a possibilidade de atividades na modalidade a distância estaria revogada, sendo restritas a casos excepcionais regulamentados. O projeto, encaminhado à Câmara dos Deputados, está sendo analisado e modificado pelos parlamentares e deve ser votado em plenário nas próximas semanas.

Apesar do PL ainda estar em tramitação, devido às mobilizações sociais e os inúmeros problemas nas escolas com o NEM algumas redes estaduais de ensino, como a Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina, já anunciaram mudanças para o próximo ano nesta etapa da educação básica, o que tem contribuído com a insegurança de estudantes e professores e com a descontinuidade pedagógica.

Ademais, em Santa Catarina, muitas atividades educacionais foram afetadas nesse último trimestre do ano, por conta das intensas chuvas que vêm atingindo o Estado. O volume de chuvas e a formação de diversos ciclones, causados pela emergência climática, têm prejudicado os trabalhos nas escolas e o acesso dos alunos à educação, neste que está sendo considerado o ano mais quente já registrado¹. No mês de outubro, 126 municípios decretaram situação de emergência; em novembro o número era de 71 municípios². Apesar da previsão de um verão 2023/2024 ainda muito chuvoso, esperamos que as consequências sejam as mais brandas possíveis para toda a comunidade escolar.

Com estes votos, apresentamos o número que encerra o ano de 2023, que está organizado em duas partes. A primeira é o dossiê **Espaços de formação para professores de línguas**, organizado pelas professoras Clarissa Laus Pereira Oliveira, Daniela Bunn e Raquel Carolina Souza Ferraz D'Ely, todas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que conta com 06 artigos e cuja apresentação escrita pelas organizadoras convidamos à leitura. Já a segunda parte, com textos de demanda contínua de pesquisadores das diferentes regiões brasileiras, também com 06 artigos, aborda temas que atravessam os

¹ <https://conexoplaneta.com.br/blog/2023-deve-ser-o-ano-mais-quente-da-historia-da-humanidade/>

² <https://conexoplaneta.com.br/blog/mais-de-70-cidades-de-santa-catarina-decretam-situacao-de-emergencia-por-cao-das-chuvas-e-inundacoes/>

diferentes segmentos educacionais, da educação infantil ao ensino superior, com importantes reflexões sobre o espaço educativo, seus alunos e seus profissionais.

O texto **Em tempos de retrocesso: o que definem as “novas” diretrizes curriculares (2019/2020) para formação de professores para a educação básica**, de Valdineia Rodrigues Lima e Ana Clédina Rodrigues Gomes, ambas da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), se propõe a analisar os contextos de influência e de produção do texto político das recentes diretrizes do Estado brasileiro, voltadas à formação inicial e continuada dos professores da Educação Básica. Baseando-se na abordagem do Ciclo de Políticas, de Stephen Ball, as autoras diagnosticaram que a influência e o poder de organizações internacionais e fundações privadas continuam a impactar na construção, elaboração e implementação de políticas educacionais no Brasil. Elas nos alertam, igualmente, para o rápido processo de aprovação das diretrizes, com pouco debate, como parte de um conjunto de contrarreformas educacionais neoliberais e neoconservadoras, em alinhamento à BNCC.

Ainda dentro das discussões sobre o atual momento de conservadorismo e liberalismo na sociedade (Almeida, 2018), com reflexos nas políticas educacionais e na formação de professores (Bazzo, Scheibe, 2019), Aldimara Catarina Brito Delabona Boutin e Simone de Fátima Flach, pesquisadoras da Universidade Estadual de Ponta Grossa, UEPG, nos apresentam o artigo **Educação e democracia no Brasil: do avanço conservador às propostas educacionais**, que tem como objetivo analisar as alterações para a oferta do Ensino Médio, materializadas na Lei nº 13.415/17 (Brasil, 2017) e algumas discussões a respeito do Projeto “Escola sem Partido” em trâmite em várias Casas Legislativas do país, a partir da perspectiva do materialismo histórico e dialético.

Um grupo de pesquisadores da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) nos apresenta o texto **A invisibilidade da autodeclaração racial das crianças negras na educação infantil em tempo integral**. Heloisa Ivone da Silva de Carvalho, Franceila Auer, Kalinca Costa Pinto das Neves e Vania Carvalho de Araújo analisam em seu artigo o importante processo de autodeclaração racial de crianças matriculadas em um Centro Municipal de Educação Infantil e salientam a importância de se trabalhar diretamente com as crianças as questões de identidade racial e a compreensão de uma experiência afrocentrada, considerando o racismo estrutural presente na sociedade (Almeida, 2018).

De Santa Catarina vem a contribuição das pesquisadoras Rosana Mara Koerner, da Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE) e de Adriana Fischer, da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB), através do artigo **Propostas de leitura e escrita de professores em cursos de licenciaturas: indícios dos modelos de letramento**

acadêmico. Nele, Koerner e Fisher se propõem a identificar indícios dos modelos de letramento acadêmico em relatos de professores sobre suas práticas pedagógicas com a leitura e a escrita em cursos de licenciatura, com base especialmente em Lea e Street (2006).

No texto **Como os profissionais de apoio da rede privada de ensino de Joinville/SC compreendem suas atribuições no atendimento aos alunos público-alvo da educação especial**, Anderson Josué Nazário, Aliciene Fusca Machado Cordeiro e Beatrícia da Silva Rossini Pereira, todos da Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE), se debruçam sobre a Educação Especial, analisando o trabalho desenvolvido por profissionais de apoio da rede privada a partir do que compreendem como sendo suas atribuições no atendimento aos alunos e levantando desafios encontrados pelos profissionais em suas atividades na escola.

Para finalizar este número, no interessante texto intitulado **Necrobiopoder informacional: um olhar a partir do episódio “engenharia reversa” de Black Mirror**, Fabio Zoboli e Carleane Soares da Silva, ambos da Universidade Federal de Sergipe (UFS), e George Saliba Manske, da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), utilizam-se do episódio “Engenharia Reversa”, da série Black Mirror, para discutir os mecanismos contemporâneos de poder sobre a vida e a morte. Estabelecendo um paralelo com a série, os pesquisadores analisam mecanismos de supressão da vida contemporânea e defendem a necessidade de suspensão e criticidade desses episódios sociais e culturais.

Neste momento festivo, em que olhamos para o passado buscando inspirações para o futuro, é um orgulho para nós, editoras e equipe técnica da revista, continuarmos esse importante trabalho desenvolvido há tantos anos por diferentes editores, que levaram com seriedade e comprometimento as atividades exigentes de uma revista científica de excelência como a Perspectiva.

Excelente leitura, boas férias, boas festas e um Feliz 2024!

As editoras.

Editoras Científicas

Juliana Cristina Faggion
Bergmann

Diana Carvalho de Carvalho

Jocemara Triches

Patricia Laura Torriglia

Referências

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. Neoconservadorismo e liberalismo. In: GALLEGO, Esther Solano (org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 28-39.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro - Pólen, 2019.
- BAZZO, Vera; SCHEIBE, Leda. De volta para o futuro... retrocessos na atual política de formação docente. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 27, p. 669-684, set./dez. 2019. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1038> .
- BERGMANN, J. C. F.; CESCO, A.; SILVA, C. M. da. Movimentação no ensino do espanhol em escolas públicas de Florianópolis-SC (2003-2013-2020). **Estudos Linguísticos e Literários**, Salvador, n. 74, p. 126–148, 2023. DOI: 10.9771/ell.i74.47168. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/estudos/article/view/47168> .
- BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394 e 11.494; revoga a Lei nº 11.161; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 fev. 2017.
- BRASIL. Projeto de Lei n. 5.230/2023. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e define diretrizes para a política nacional de ensino médio. Autoria do Poder Executivo. Brasília: Câmara dos Deputados, 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2399598> . Acesso em: 05 dez 23.
- LEA, Mary R.; STREET, Brian Vincent. The “Academic Literacies” model: theory and applications. *Theory into Practice*, v. 45, n. 4, p. 368-377, 2006.

